

Parecer nº 45/98

Data: 1998.04.29

Processo nº 360

Reclamante: João José Figueira da Silva.

Entidade reclamada: Presidente da Assembleia Municipal do Funchal.

1. O Pedido

O reclamante teve conhecimento, pelo Diário de Notícias – Madeira, de que, na sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 22 de Dezembro de 1997, havia sido tratado o caso do empreendimento “Carlton Village”.

Interessado em conhecer com exactidão o que nessa sessão se tinha passado, em 2 de Fevereiro de 1998 requereu ao Presidente daquela Assembleia, ao abrigo do artigo 13º da Lei 65/93, de 26 de Agosto (LADA), que se dignasse mandar passar e entregar ao interessado certidão ou cópia autenticada da acta respectiva.

Verificado o indeferimento tácito pelo decurso dos 35 dias previstos na LADA, apresentou à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) uma reclamação à qual corresponde o presente parecer.

2. Apreciação

2.1. Foram verificados os prazos previstos na LADA, para a formação do indeferimento tácito (cfr. nº 3 do artigo 15º) e para a apresentação da reclamação (cfr. nº 1 do artigo 16º);

2.2 Dada a existência dos necessários requisitos formais apreciar-se-á o conteúdo da reclamação.

Pretende o interessado aceder a actas de uma sessão da Assembleia Municipal do Funchal. É irrelevante a razão do seu interesse, como veremos.

As actas estão contidas no conceito de documentos administrativos de acesso geral referidos pelo nº 1 do artigo 7º da LADA, segundo o qual “todos têm direito à informação mediante o acesso a documentos administrativos de carácter não nominativo”.

Pela sua expressa indicação a esse tipo de documentos não é necessário demonstrar que as actas se enquadram na definição de documentos administrativos dada pelo nº 1 do artigo 4º que refere “suportes de informação elaborados ou detidos pela Administração Pública, designadamente, processos, relatórios ... actas”

Do mesmo modo, será dispiciendo dizer que as actas de uma sessão pública não se ajustam à definição legal de documentos nominativos (cfr. as alíneas b) e c) do nº 1 do artigo 4º, nº 2 do artigo 7º e artigo 8º); nem se inserem em qualquer das outras categorias de documentos de acesso reservado (cfr., designadamente os artigos 5º e 6º, todos da LADA).

Esta reclamação corresponde a um caso em que o princípio da Administração Aberta (cfr. o artigo 1º) que preside à LADA tem ampla consagração.

O reclamante, como qualquer outro cidadão pode ter acesso à acta pedida sem ter que justificar o motivo do seu interesse. Pode aceder-lhe pela mera curiosidade de saber o que se passou.

2.2. Face ao parecer favorável da CADA, poderá a entidade reclamada modificar o seu procedimento ou mantê-lo. Se não comunicar ao requerente a sua posição final no prazo de 15 dias (cfr. nº 3 do artigo 16º) forma-se novo indeferimento tácito.

Poderá então o interessado recorrer judicialmente, nos termos do artigo 17º, quer do indeferimento expresso quer do indeferimento tácito.

Conclusão

Com os fundamentos aduzidos na apreciação, a CADA é de parecer que o reclamante tem o direito de aceder à acta da sessão extraordinária da Assembleia Municipal do Funchal, conforme requereu.

Para os devidos efeitos e nos termos do artigo 16º nº 2 da LADA remeta-se esta deliberação à entidade reclamada e ao reclamante.

Lisboa, 29 de Abril de 1998.

Branca do Amaral (Relatora) - *José Magalhães* - *Narana Coissoró* - *Vasco Almeida* - *Francisco de Brito* - *José Renato Gonçalves* - *João Labescat* - *Castro Martins* (Presidente)